

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.484 - SP (2019/0154149-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : MIRA OTM TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO : MARCOS DE REZENDE ANDRADE JUNIOR - SP188846
ADVOGADOS : RAFAEL ORTIZ LAINETTI - SP211647
GABRIELA CORDEIRO NUNES DE OLIVEIRA - SP351382
DIEGO DIAS DOS SANTOS MOURA - SP409713
AGRAVADO : AIR TIGER DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. AUSENTES OS PRESSUPOSTOS LEGAIS. REFORMA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL APOIADO EM FATOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo de instrumento interposto que deu origem a este recurso, pode-se inferir que MIRA OTM TRANSPORTES LTDA. (MIRA) propôs ação de execução por quantia certa contra AIR TIGER DO BRASIL LTDA. (AIR TIGER).

No curso da demanda, o Juízo de primeira instância indeferiu o pedido de processamento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (e-STJ, fl. 48).

Essa decisão interlocutória foi desafiada por agravo, na forma de instrumento, no qual MIRA sustentou o preenchimento de todos os requisitos legais específicos para o processamento e deferimento da desconsideração da personalidade jurídica. Pleiteou a antecipação dos efeitos da tutela recursal (e-STJ, fls. 1/19).

O Tribunal Bandeirante negou provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto por MIRA, com a seguinte ementa:

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - Desconsideração da personalidade jurídica da empresa - executada - Pedido de instauração do incidente denegado - Exequente que deve demonstrar indícios do abuso da personalidade jurídica - Art.

Superior Tribunal de Justiça

134, §4º, CPC/15 - Medida excepcional que se fundamenta apenas nos casos previstos expressamente em lei - Art. 50, CC/02 - Mera ausência de bens penhoráveis em nome da executada que, por si só, não configura abuso da personalidade jurídica - Decisão mantida - Recurso improvido (e-STJ, fl. 310).

Os embargos de declaração opostos por MIRA foram rejeitados (e-STJ, fls. 320/325).

Inconformada, MIRA interpôs recurso especial (e-STJ, fls. 330/344), com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 50 do CC, 133, § 1º, 134, § 4º, do NCPC, ao sustentar (1) ser parte legítima para apresentar o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, que, aliás, preencheu os requisitos processuais vigentes, com indícios de abuso da personalidade jurídica; e, (2) divergência jurisprudencial.

Não houve intimação para apresentação de contrarrazões ao recurso especial, considerando a ausência de advogado constituído pela parte adversa (e-STJ, fl. 381).

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo inadmitiu o apelo nobre diante da (1) falta de demonstração da vulneração aos dispositivos infraconstitucionais arrolados; (2) incidência da Súmula nº 7 desta Corte; e, (3) falta de demonstração, de forma analítica, da similitude de situações com soluções jurídicas diversas entre os acórdãos paragonado e paradigmas (e-STJ, fls. 382/384).

Nas razões do agravo em recurso especial, MIRA aduziu que (1) houve usurpação da competência do STJ; (2) não se aplica, ao caso, a Súmula nº 7 do STJ; (3) houve ofensa aos dispositivos infraconstitucionais apontados; e, (4) foi comprovado o dissenso jurisprudencial (e-STJ, fls. 387/401).

Não houve intimação para apresentação de contraminuta ao agravo em recurso especial, considerando a ausência de advogado constituído pela parte adversa (e-STJ, fl. 402).

Em atendimento ao art. 1.042, § 4º, do NCPC, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manteve a decisão agravada (e-STJ, fl. 403).

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Superior Tribunal de Justiça

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A irrisignação não comporta acolhimento.

(1) Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica

O Tribunal Bandeirante manteve a decisão de primeiro grau que rejeitou liminarmente o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, diante da ausência dos requisitos exigidos pela legislação, como se pode observar dos trechos extraídos do acórdão impugnado, a seguir transcritos:

*Assim, passa-se à análise do preenchimento dos requisitos para aplicação do instituto. A desconsideração da personalidade jurídica constitui **medida excepcional**, pois interfere diretamente na mencionada autonomia patrimonial da pessoa jurídica. É medida restrita a hipóteses expressamente previstas em lei, somente tendo lugar quando houver nos autos prova inequívoca da configuração de uma destas hipóteses. O art. 50 do atual Código Civil veio de certa forma fixar as hipóteses em que determinadas obrigações societárias poderão ser estendidas aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica, a saber: abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. "In casu", a empresa credora pleiteia a inclusão dos sócios da executada no polo passivo da demanda aduzindo que houve encerramento irregular das atividades. No entanto, não há qualquer demonstração de que houve abuso da personalidade jurídica ou confusão patrimonial. Com efeito, o E. STJ decidiu que a dificuldade na satisfação do crédito, ou mesmo a insuficiência ou ausência de patrimônio social da empresa não constituem critérios exclusivos e suficientes para, isoladamente, autorizar a aplicação da desconsideração da pessoa jurídica: [...] Dessarte, ausentes indícios de abuso da personalidade jurídica ou confusão patrimonial, de rigor a manutenção do "decisum", com a rejeição liminar do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do art. 50 do Código Civil e 134, §4º do Código de Processo Civil (e-STJ, fls. 311/312 e 314 – com destaques no original)*

Ora, para se adotar conclusão diversa da que chegou o eg. Tribunal a

Superior Tribunal de Justiça

quo, acerca da falta de demonstração do preenchimento dos pressupostos legais específicos para a desconsideração da personalidade jurídica da empresa recorrida seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, a teor do que dispõe a Súmula nº 7 desta Corte, a qual não pode ser considerada terceira instância recursal.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. A desconsideração da personalidade jurídica é medida de caráter excepcional que somente pode ser decretada após a análise, no caso concreto, da existência de vícios que configurem abuso de direito, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial, requisitos que não se presumem em casos de dissolução irregular ou de insolvência. Precedentes.

2. Rever os fundamentos do acórdão recorrido relativos à análise dos requisitos autorizadores importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.275.976/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 5/6/2018, DJe 13/6/2018 – sem destaques no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. AUSÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 07/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83/STJ. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A ALTERAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 1.107.867/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. 6/2/2018, DJe 14/2/2018 – sem destaques no original)

(2) Do dissenso jurisprudencial

Superior Tribunal de Justiça

No que se refere ao dissídio jurisprudencial, há que se registrar que consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula nº 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.



MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator